

RECURSO ESPECIAL Nº 1.827.743 - SC (2019/0214724-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : RAUL LIMA DE ALMEIDA ROSA
ADVOGADO : FRANCIS ALAN WERLE E OUTRO(S) - SC022405

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 1.022 E 1.025 DO CPC/2015. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. EXAME DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA AOS 65 ANOS DE IDADE. LC 51/1985. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 204):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. POLICIAL FEDERAL.

1. Sentença mantida.
2. Apelação desprovida.

Embargos de declaração acolhidos parcialmente para fins de prequestionamento.

A recorrente alega violação dos artigos 1.022, II, e 1.025 do CPC/2015, 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da Constituição Federal, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

Quanto às questões de fundo, aduz ofensa ao artigo 1º, II, da Lei Complementar 51/1985. Defende que a aposentadoria compulsória dos integrantes da Polícia Federal aos 65 anos de idade é constitucional. Sustenta que a contagem do tempo de serviço público federal para todos os efeitos, aplica-se aos servidores públicos “strictu sensu”, ou seja, com vínculo efetivo, o que não é o caso da parte autora que exercia cargo em comissão.

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 379-380.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, não se conhece da suposta afronta aos artigos 1.022 e 1.025 do CPC/2015, pois a recorrente se limitou a afirmar de forma genérica a ofensa ao referido normativo sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão proferido em sede de embargos de declaração e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pela Corte de origem. Incide à hipótese a Súmula 284/STF.

Anote-se, por oportuno, que nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição da República, o recurso especial é destinado tão somente à uniformização da

Superior Tribunal de Justiça

interpretação do direito federal, não sendo, assim, a via adequada para a análise de eventual ofensa a dispositivos constitucionais, cuja competência pertence ao Supremo Tribunal Federal. Por tal motivo, não se conhece do apelo especial no tocante à alegação de violação dos artigos 5º, XXXV, LIV e LV, e 93, IX, da CF/88.

De outro lado, convém assinalar que o prequestionamento é requisito previsto no inciso III do artigo 105 da Constituição Federal e impõe que somente causas decididas por Corte Estadual, Regional Federal ou do Distrito Federal e Territórios sejam autorizadas ao exame por meio de recurso especial. Se a controvérsia, tal como apresentada no apelo nobre, não foi decidida, não há falar em abertura dessa via recursal.

No caso, não obstante terem sido opostos e julgados os embargos de declaração, verifica-se que o Tribunal de origem quedou-se silente acerca da tese indicada no recurso especial no sentido de que havendo a parte autora exercido exclusivamente cargo em comissão, não poderia computar esse tempo como de efetivo serviço público para fins de futura aposentadoria, o que denota a falta de debate ou prequestionamento sobre a controvérsia suscitada. Aplica-se à hipótese a Súmula 211/STJ.

Quanto à aposentadoria compulsória do autor, ora recorrido, extrai-se do acórdão *a quo* a seguinte fundamentação (fls. 200-202):

[...]

Ao contrário de situações diversas, em que já se discutiu, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, a validade das regras que disciplinavam a aposentadoria compulsória para se obter o benefício antes dos 70 setenta anos, o autor quer sustentar aqui exatamente o oposto, ou seja, que não é possível haver aposentadoria compulsória antes de atingida esta idade, mesmo para um ocupante de cargo em carreira policial, uma vez que pretende seguir em atividade.

É necessário verificar, portanto, a possibilidade de o autor permanecer no seu cargo mesmo após completar 65 (sessenta e cinco) anos, para cumprir a regra de transição estabelecida pelo art. 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e obter a aposentadoria com proventos integrais.

[...]

Logo, a partir da vigência da Emenda Constitucional n. 41, não mais foi possível, senão para aqueles que cumprirem os requisitos anteriores previstos na Emenda Constitucional n. 20, na data de sua promulgação, se aposentar voluntariamente com um tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, com base na remuneração do servidor no cargo que ocupava (cf. art. 40, III e §3º, com a redação da EC n. 20, de 15/12/98).

Para todos os servidores é preciso, a partir da EC n. 41, para se aposentar com proventos integrais, possuir 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público, ressalvadas as hipóteses mencionadas como exceção.

O autor entrou em exercício na Polícia Federal em 3 de outubro de 2003, como Agente da Polícia Federal, sendo que em 16 de dezembro de 2013 assumiu o cargo de Perito Criminal Federal (evento 1 - OUT6, página 2).

Por consequência, não atende o requisito de tempo no serviço público para se aposentar voluntariamente com proventos integrais.

Daí o seu primeiro argumento, segundo o qual seria inconstitucional a regra contida no art. 6º, III, da Emenda Constitucional n. 41 para os que ingressaram no serviço público contando mais de 50 anos e menos de 65 anos de idade.

No entanto, é equivocada a noção de inconstitucionalidade, à vista da

Superior Tribunal de Justiça

inexistência de direito adquirido a regime jurídico, como foi já afirmado.

No que diz respeito, no entanto, a ser aposentado compulsoriamente aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, por força do que estabelece a Lei Complementar n. 51/85, a questão assume relevância na medida em que foi promulgada a Lei Complementar n. 144, de 15 de maio de 2014, com vigência a partir de sua publicação, o que redireciona a discussão do assunto, não mais apenas à recepção das normas vigentes na ordem jurídica anterior, mas sobretudo à compatibilidade do estabelecimento por lei complementar de um limite de idade aquém da idade máxima permitida de 70 anos.

O art. 40, §1º, II, da Constituição Federal estabelece que a aposentadoria compulsória dos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ocorrerá aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O mesmo art. 40, §4º, com a redação que lhe deu a Emenda Constitucional n. 47, de 5 de julho de 2005, permite, nos termos definidos em leis complementares, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria para, entre outros, servidores que exerçam atividades de risco (como acontece no quadro de servidores da polícia federal).

A Lei Complementar n. 144, de 15 de maio de 2014, deu nova redação ao art. 1º da Lei Complementar n. 51, de 20 de dezembro de 1985, para determinar a aposentadoria compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, ao servidor público policial, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

[...]

No exercício do cargo de Perito Criminal Federal, desde 16 de dezembro de 2013 (evento 1 - OUT6, página 2), não me parece ser aplicável ao autor a aposentadoria compulsória aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade.

Na medida em que o art. 40, §4º, II, da Constituição Federal contempla a possibilidade de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a aposentadoria de servidores que somente exercem atividades de risco, não há como fundamentar a adoção de medida compulsória de inativação ao servidor que, embora do quadro da Polícia Federal, não desempenha atribuições com esta característica.

É dizer, contraria a Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda n. 47, a previsão contida em lei complementar que estende a aposentadoria compulsória com idade inferior a 70 (setenta) anos, indistintamente a todos os servidores públicos policiais qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

Nesse contexto, deve ser ratificada a decisão que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela, com ampliação de seus efeitos para impor à ré a obrigação de não aposentar compulsoriamente o autor da ação, autorizada a sua permanência em atividade e assegurados todos os seus direitos como servidor público, até a data de sua aposentadoria compulsória aos 70 (setenta) anos de idade ou, voluntariamente, preenchidos os requisitos constitucionalmente estabelecidos.

[...]

A leitura do excerto acima transcrito, evidencia que o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia com fundamento constitucional, de modo que o recurso especial se

Superior Tribunal de Justiça

apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

Essa, a propósito, a compreensão firmada por esta Corte no exame de idêntica controvérsia:

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL CIVIL. APOSENTADORIA COMPULSÓRIA. PROVENTOS INTEGRAIS. LC 51/1985. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. EXAME EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Hipótese em que a matéria aposentadoria compulsória aos 65 anos de idade foi dirimido pelo Tribunal a quo sob enfoque eminentemente constitucional (recepção da LC 51/1985, com redação dada pela LC 144/2014, pela CF/1988). Descabe, pois, ao STJ examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.

2. Agravo Interno não provido (AgInt no REsp 1.682.987/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 2/8/2018).

Em igual sentido, as seguintes decisões monocráticas: AREsp 1.149.252/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 9/3/2018; AREsp 683.680/RS, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 18/9/2017.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial. Majoro em 10% os honorários advocatícios fixados anteriormente, observados os limites e parâmetros dos §§ 2º, 3º e 11 do artigo 85 do CPC/2015 e eventual Gratuidade da Justiça (artigo 98, § 3º, CPC/2015).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator